Ata da reunião extraordinária do Conselho Municipal de Saúde de Campinas realizada aos treze dias do mês de novembro de dois mil e dois

Estiveram presentes à reunião: Sr. Aldimir Hervella, representante dos Conselhos Locais de Saúde da Região Sul; Sra. Denilza Ap. da Silva, representante do Movimento Sindical; Sr. Edilson Baqueiro, representante dos serviços de saúde da PUCCAMP; Dr. Gastão Wagner de S. Campos, Secretário Municipal de Saúde; Sra. Jenice Pizão, representante do Movimento Sindical; Sr. João Carlos Lourenço, representante do Movimento Sindical; Sr. João Olímpio S. Ferreira, representante dos Conselhos Locais de Saúde da Região Sudoeste; Sr. João Xavier, representante do Movimento Popular de Saúde; Sr. José Araújo da Silva Filho, representante do Movimento Popular de Saúde; Sr. José David Santomauro, representante dos trabalhadores de saúde do serviço público municipal; Sr. José Luiz Zétula, representante do Movimento Sindical; Dra. Lenir dos Santos, representante dos prestadores de serviços não hospitalares; Sr. Luverci Rocha, representante dos Conselhos Locais de Saúde da Região Leste; Sra. Maria da Graça S. Xavier, representante do Movimento Popular de Saúde e Presidente do Conselho; Dra. Maria do Carmo Carpintéro, representante da Secretaria Municipal de Saúde; Sra. Maria Ivonilde V. de Souza, representante dos trabalhadores de saúde do serviço público municipal; Sra. Matilde Alves Pontes, representante das associações de portadores de deficiências e/ou patologias; Dr. Orestes Mazzariol Jr., representante dos hospitais não filantrópicos; Sra. Regina M.C. de Lara Campos, representante da Diretoria Regional de Saúde; Sra. Rosângela M.G. Martinhago, representante do Movimento Sindical; Dr. Adilson Rocha Campos, representante suplente da Secretaria Municipal de Saúde; Sra. Cristina R. Silva, representante do Movimento Popular de Saúde; Dr. Fernando Antonio B. de Carvalho, representante suplente dos hospitais filantrópicos; Dra. Márcia Ap. Amaral, representante suplente do Hospital Mário Gatti; Sr. Osvaldo Rodrigues da Silva, representante suplente dos Conselhos Locais de Saúde da Região Sudoeste; Dr. Pedro Paulo de Medeiros, representante suplente dos trabalhadores de saúde do serviço público municipal; Sra. Wanderci Ap. Diniz Loro, representante suplente dos Conselhos Locais de Saúde da Região Leste; Sra. Silvia S.T. Nicolau, secretária do Conselho; funcionários da Secretaria Municipal de Saúde; Conselheiros Locais de Saúde. Justificaram ausência: Dr. Adail de Almeida Rollo, representante do Hospital Mário Gatti; Dr. Carlos Alberto Politano, representante dos hospitais filantrópicos; Sr. Claudinei dos Santos, representante dos conselhos de classe; Sr. Jacó dos S. Bastos, representante do Movimento Sindical; Sr. José Augusto Limoli, representante das associações de aposentados; Sr. Marcos Silveira, representante das entidades patronais. Faltaram: Dra. Antonia Teresinha Tresoldi, representante dos serviços de saúde da UNICAMP; Sr. Edson Eugênio, representante dos trabalhadores de saúde do serviço privado; Sra. Ivandira dos S. Amorim, representante dos Conselhos Locais de Saúde da Região Noroeste; Dr. Luiz Maria Pinto, representante da PUCCAMP; Dr. Paulo Eduardo M.R. da Silva, representante da UNICAMP; Dr. Roberto Mardem S. Farias, representante dos serviços de saúde municipais; Dra. Silvia Helena Rondina Mateus, representante das entidades de classe.

A pauta da reunião constava dos seguintes itens: 1) Aprovação da ata da reunião de 23.10.02; 2) Renovação do convênio com a Fundação Albert Sabin; 3) Renovação do convênio com a Irmandade de Misericórdia de Campinas; 4) Renovação do convênio com a Real Sociedade Portuguesa de Beneficência; 5) Renovação do convênio com a Fundação Síndrome de Down; 6) Deliberação sobre CAT dos profissionais do AMDA/ADT/SAD – Proposta Prêmio Paidéia; 7) Informes.

Sra. Maria da Graça iniciou a reunião passando a presidência da mesma para o Dr. Gastão. Dr. Gastão colocou em votação a ata da reunião de 23.10.02, que foi aprovada por unanimidade. O primeiro ponto da pauta propriamente dita era a renovação do convênio com a Fundação Albert Sabin. Dr. Roberto, coordenador do convênio pela Secretaria de Saúde, fez uma rápida apresentação sobre o convênio em vigor, contendo perfil dos pacientes, número de internações, consultas e procedimentos, média de permanência, taxa de mortalidade, taxa de infecção hospitalar e outros. Em seguida, Dra. Cecília apresentou a proposta financeira do convênio, conforme documento encaminhado anteriormente aos conselheiros e que se encontra arquivado na Secretaria Executiva do Conselho. Esclareceu que apresentaria cada Termo Aditivo separadamente e que a proposta não traria grandes alterações ao convênio anterior. No TA nº 1 foi feita uma adequação no número de internações clínicas e de UTI, tendo sido mantido o mesmo número de internações cirúrgicas. Nesse TA estão contemplados também os valores para pagamento de recursos humanos e coordenação, perfazendo um total de R$ 87.471,79 mensais. O TA nº 2 se refere às cirurgias ambulatoriais e consultas, que praticamente não sofreu alteração, cujo valor total ficaria em R$ 8.522,60 mensais, devendo-se o acréscimo ao aumento do valor da consulta médica na tabela SUS. O TA nº 3 é referente à área de oftalmologia, tendo sido somente valorizadas as consultas, ficando com um valor de R$ 115.331,56 mensais. O TA nº 4, referente à terapia renal substitutiva, permanece com o valor de R$ 111.838,27 mensais. O TA nº 5 contempla os exames de tomografia, endoscopia, urodinâmica, anatomia patológica e radiologia intervencionista, com um valor total de R$19.295,12 mensais. O valor total geral do convênio passaria então a ser de R$ 342.459,24 mensais. Não havendo nenhum conselheiro inscrito para esclarecimentos, Dr. Gastão colocou em votação a renovação do convênio com a Fundação Albert Sabin, tendo sido aprovada pelos conselheiros com uma abstenção. Terminado esse ponto, Dra. Cecília passou a apresentar a proposta de renovação do convênio com a Beneficência Portuguesa, também conforme documento encaminhado anteriormente aos conselheiros, convênio esse composto por 4 termos aditivos. O primeiro deles é referente a retaguarda aos serviços executados nas áreas de quimioterapia, terapia renal substitutiva e internações para fístula A-V e implante de prótese, não tendo sido prevista nenhuma alteração, perfazendo um total de R$ 10.400,00 mensais. O TA nº 2 refere-se à terapia renal substitutiva, tendo sido proposto um aumento no número de procedimentos, com um valor mensal de R$ 105.915,01. Os demais termos aditivos, um referente a quimioterapia e o outro a exames de radiodiagnóstico, ultra-sonografia e tomografia, não sofreram alteração, mantendo-se os valores mensais de R$ 71.133,84 e R$ 16.350,77 respectivamente. O valor total geral do convênio passará a ser de R$ 203.799,62 mensais. Não havendo nenhuma solicitação de esclarecimento, Dr. Gastão colocou em votação a proposta de renovação do convênio com a Beneficência Portuguesa, que foi aprovada por unanimidade. Em seguida, passou a palavra ao Dr. Marcos, coordenador do convênio com a Irmandade de Misericórdia de Campinas, para que o mesmo apresentasse um balanço do trabalho que vem sendo realizado. Dr. Marcos apresentou os dados epidemiológicos do convênio, tais como taxa de ocupação, média de permanência, índice de substituição, taxa de mortalidade e outros. Apresentou também um apanhado geral do ambulatório, mostrando a utilização das consultas e o índice de perdas. Também baseada no documento encaminhado anteriormente aos conselheiros, Dra. Cecília passou a apresentar a proposta financeira de renovação do convênio. O TA nº 1 é referente às internações clínicas, cirúrgicas, nefrologia, neurocirurgia e iodoterapia e contempla os recursos para pagamento da coordenação do convênio. Sofreu uma adequação no número de internações, passando seu valor para R$ 90.482,96 mensais. O TA nº 2 refere-se às cirurgias ambulatoriais, anestesia, procedimentos e consultas, com um valor de R$ 25.266,08 mensais. O TA nº 3, referente a oftalmologia, também sofreu adequação, ficando com um valor de R$ 41.742,33 mensais. Os TA de nºs 4, referente a marca passo, e 5, referente a medicina nuclear e patologia clínica, não sofreram alterações, ficando com o valor de R$ 52.000,00 e R$ 33.466,75 mensais, respectivamente. O valor mensal total do convênio será de R$ 242.958,12. Não havendo solicitação de esclarecimentos, Dr. Gastão colocou em votação a proposta de renovação do convênio com a Irmandade de Misericórdia de Campinas, que foi aprovada com uma abstenção. O último convênio a ser discutido foi o da Fundação Síndrome de Down. Sra. Osmarina, coordenadora do Serviço de Reabilitação, lembrou que a Fundação é uma entidade que trabalha com reabilitação de crianças portadoras de Síndrome de Down e outras deficiências, com projeto importante de parcerias para geração de renda. Colocou que a proposta é de conveniar 70% das vagas da instituição, o que corresponde a 84 crianças. Dra. Lenir, representante da Fundação, apresentou um breve histórico do trabalho realizado e os projetos em desenvolvimento, colocando a instituição à disposição de todos para conhecê-la. Dra. Cecília apresentou a proposta financeira, também de acordo com documento encaminhado anteriormente aos conselheiros, que prevê R$ 29.064,00 para pagamento dos procedimentos referentes à reabilitação de 80 crianças, mais R$ 3.057,12 para pagamento dos procedimentos referentes às oficinas, perfazendo um total mensal de R$ 32.121,12. Não havendo nenhum conselheiro inscrito para esclarecimentos, Dr. Gastão colocou em votação a proposta de renovação do convênio com a Fundação Síndrome de Down, que foi aprovada por unanimidade. Antes de passar para o próximo ponto da pauta, Dr. Gastão colocou aos conselheiros que aquelas 4 instituições que tiveram suas renovações de convênio aprovadas naquela oportunidade são parceiras do SUS e vem trabalhando cada vez mais articuladamente junto à Secretaria de Saúde. Aproveitou para convidar a todos para participarem, no dia 21.11, às 16 horas, no Plenário da Câmara Municipal, da Audiência Pública de Apresentação das Contas dos 2º e 3º trimestres de 2002, conforme determina a Lei nº 8689/93. Outro aviso foi sobre a criação da Associação de Chagásicos de Campinas e Região. O próximo ponto da pauta era a deliberação sobre a CAT dos profissionais do AMDA, ADT e SAD. Dr. Adilson colocou aos conselheiros que o que seria discutido era referente ao Prêmio Paidéia, lembrando que, por ocasião da aprovação do Prêmio para os profissionais da rede, ficou decidido que posteriormente seria discutida a inclusão daqueles que não pertenciam à Família Ocupacional Saúde, o que já ocorreu, seria discutida também a questão da CAT dos profissionais do AMDA, ADT e SAD e que, posteriormente, deveriam ser apresentadas propostas para outros Serviços da Secretaria. Passou a ler a proposta, também conforme documento encaminhado anteriormente aos conselheiros, cujo teor, uma vez que alguns conselheiros alegaram não tê-lo recebido, transcrevo na íntegra a seguir: "**AOS CONSELHEIROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE -** A partir de novembro de 2002, a Secretaria Municipal de Saúde de Campinas promoverá a integração dos serviços municipais de DST/AIDS: - AMDA: Ambulatório Municipal de DST/AIDS; - ADT: Atendimento Domiciliar Terapêutico; - COAS: Centro de Orientação e Apoio Sorológico; - PRD: Programa de Redução de Danos, quando então serão integrados num único serviço, denominado de **CRT/AIDS: Centro de Referência e Treinamento em AIDS.** Com esta unificação estaremos promovendo uma maior aproximação entre os serviços de assistência e os de prevenção. Isso, melhorando para o Município, tanto na estrutura funcional como na possibilidade de capacitação dos serviços e na relação com outras instituições governamentais e não governamentais. A partir do próximo ano o CRT/AIDS estará funcionando em local apropriado para a acomodação de todos os serviços. Aliado a esta mudança, há o compromisso dessa SMS, assumido com o Conselho Municipal de Saúde, de revisão dos prêmios existentes, anteriores à implantação do Prêmio Paidéia Saúde da Família, e a deliberação do Conselho de que as unidades que recebem a CAT diferenciada (AMDA, SAD e ADT) deveriam continuar recebendo os mesmos valores até que fossem definidos novos critérios para o seu pagamento. A SMS, após discussões ocorridas em seu colegiado de governo, com a equipe dos serviços interessados e com a comissão paritária do CMS, formulou a seguinte proposta: a) classificar as unidades que compõem o CRT (AMDA, COAS E PRD) como ICV I (prêmio de 40%); b) para os profissionais do AMDA, ADT e SAD, que desde 1996 vem recebendo valores superiores ao que receberiam com o valor do ICV I, fica mantido o que recebem, até que se desliguem do serviço; c) os profissionais do COAS, PRD e aqueles que vierem a trabalhar no novo serviço, passarão a receber o prêmio correspondente ao ICV I." Esclareceu que um dos objetivos da proposta é não provocar diminuição de vencimentos das pessoas que já recebem a CAT diferenciada, prejudicando-as. Apresentou ainda tabela com o impacto financeiro que essa proposta traria, ou seja, após todas as adequações o gasto com o Prêmio sofreria um acréscimo de R$ 3.396,56 mensais. Colocou que a discussão foi trazida nesse momento porque essa área passará a trabalhar com a lógica de Centro de Referência, aproximando a assistência da prevenção, o que trará grandes benefícios à população assistida. Dra. Silvia Bergo, do Serviço de Patologia Cervical da Policlínica II, questionou a forma de atribuição do Prêmio Paidéia, por não considerá-la democrática, solicitando que o Conselho não acatasse a proposta da forma como estava colocada. Sr. João Olímpio considerou que, embora concorde com a necessidade de valorização dos profissionais, essa proposta trará descontentamento para muitos, uma vez que trabalhadores de outros serviços, como os PA e Laboratório, ainda não foram contemplados. Dr. Gastão lembrou que o Prêmio era apenas uma parte do Projeto Paidéia e que era necessário enxergá-lo como parte de um processo, lembrando que o Prêmio foi criado na tentativa de fixar profissionais nos locais onde havia essa dificuldade, o que não significa que não deva ser desenvolvida uma política de pessoal adequada para todos os serviços. Pediu aos conselheiros que aprovassem a proposta apresentada, em respeito ao trabalho que vem sendo desenvolvido, pois, apesar de toda a rede atender pacientes com HIV+, aquela equipe só atende a esses pacientes, o que é bastante diferente. Comprometeu-se a continuar trazendo para deliberação do Conselho qual política será adotada para os serviços ainda não contemplados. Sra. Rosângela considerou que para os representantes do Movimento Sindical era constrangedor o fato de não haver consenso entre os profissionais da rede, uma vez que a preocupação de todos, principalmente dos usuários, era com a garantia de qualidade do atendimento. Ponderou que seria interessante rediscutir o assunto, levando-se em conta o que já havia sido aprovado na Conferência e outras deliberações do Conselho, a fim de que não houvesse incompatibilidade entre elas. Sra. Rosa, CLS SAD, defendeu a proposta devido às condições de trabalho dos profissionais e também da qualidade do trabalho desenvolvido. Sra. Yara colocou que no momento em que a proposta foi elaborada a comissão já não era mais paritária, pois tanto o Sindicato quanto a Sra. Ivonilde haviam se retirado da discussão. Colocou também que era necessário que o Conselho, para deliberar, se pautasse nas diretrizes do Prêmio já aprovadas a fim de que ninguém fosse prejudicado. Sr. Araújo considerou a situação bastante complexa e declarou não estar à vontade para votar a questão naquele momento. Sra. Cristina, coordenadora do Programa de DST/AIDS, esclareceu que, como um dos critérios para atribuição de percentual do prêmio é a área de abrangência do serviço, a proposta leva em conta o fato do mesmo ser referência municipal e regional, atendendo 90% dos pacientes de Campinas e 10% da região. Sra. Ivonilde considerou muito complicado tratar de direitos dos trabalhadores, uma vez ser sua representante no Conselho e também dirigente sindical. Lembrou que quando de sua aprovação foi prevista a avaliação do Prêmio após um determinado período, o que ainda não aconteceu. Sra. Maria da Graça, após relembrar a ocasião em

que o Conselho aprovou a CAT diferenciada para os profissionais daqueles serviços, ponderou que os usuários sempre estiveram ao lado dos trabalhadores, mas que não poderiam continuar aceitando privilegiar alguns em detrimento de outros, pois para eles qualquer equipe de saúde tem a mesma importância. Defendeu a proposta feita pela Sra. Rosângela de que fosse dado maior tempo para discussão do assunto, posicionando-se contrariamente à votação naquele momento, e solicitou ao Dr. Adilson que lesse as diretrizes para concessão do Prêmio, aprovadas no Conselho em 25.07.01. Dr. Adilson relembrou todo o processo desenvolvido e leu alguns itens do documento. Reforçou o fato de que o assunto foi trazido nesse momento para deliberação porque está sendo feita a aproximação dos serviços, que passarão a trabalhar na lógica de um centro de referência. Respondendo a Sra. Rosângela esclareceu que, para não haver problemas com a diferença de valor do prêmio para profissionais de um mesmo serviço, a Secretaria colocaria no decreto uma tabela a parte, ressalvando o direito daqueles que já há 5 anos vem recebendo a CAT diferenciada. Sra. Maria da Graça propôs que fosse votada a continuidade ou não da discussão. Caso fosse dada continuidade a sua proposta era de que os trabalhadores do centro de referência recebessem o mesmo percentual de prêmio que as demais unidades do Distrito onde estará inserido. Sr. Celestino, CLS Capivari, questionou a necessidade de atribuição de prêmio cada vez que os serviços forem transferidos para um mesmo espaço ou que tenha que ser desenvolvido um trabalho diferenciado. Sr. David colocou que, enquanto representante dos trabalhadores, não defenderia a redução de vencimentos de nenhum trabalhador, mas que há outros serviços que lidam com o mesmo tipo de paciente, propondo que essa situação seja resolvida o mais rápido possível. Sra. Elizabeth, coordenadora do COAS, considerou legítimo que os trabalhadores disputem o prêmio e que a polêmica em torno do assunto deveria ser discutida em outro momento. Outra questão por ela colocada é que a criação do centro de referência não é um simples ajuntamento de serviços, pois há um problema grave a ser resolvido que é a contenção da epidemia de AIDS. Sra. Regina, coordenadora do AMDA, declarou que o ambulatório vem trabalhando na ótica do Paidéia e que colocava nas mãos do Conselho a potencial desestruturação do Centro de Referência. Sra. Denilza também declarou estar em uma situação delicada, pois, além de sindicalista é usuária dos serviços. Enquanto sindicalista tem como dever defender os interesses dos trabalhadores, mas considera que prêmios acabam por gerar descontentamento e desigualdade entre os profissionais. Declarou ainda não ter condições de votar a proposta naquele momento. Dr. Pedro Paulo considerou que o essencial é fazer uma proposta adesiva, propondo que o Conselho aprovasse a proposta apresentada, comprometendo a Secretaria de Saúde a incluir os trabalhadores que ainda não foram contemplados com o prêmio, recriando-se a comissão para, num prazo máximo de 3 meses, verificar os critérios mais justos de inclusão e trazer ao Conselho para discussão e deliberação. Sr. Zétula solicitou a contagem de quorum antes que as propostas apresentadas fossem encaminhadas para votação. Constatado o quorum, Dr. Gastão recolocou as propostas apresentadas e declarou que a Secretaria acatava a proposta feita pelo Dr. Pedro Paulo de renovar a comissão para, no fim de fevereiro ou início de março, trazer uma proposta inclusiva, negociada com os vários serviços de continuação da discussão sobre avaliação de metas. Colocou em votação a proposta feita pelas Sras. Rosângela e Maria da Graça de retirada do assunto de pauta, que obteve 9 votos a favor, 7 contra e 2 abstenções. Diante desse resultado, a reunião foi encerrada. Nada mais a ser tratado, encerro a presente ata, a qual assino com os demais presentes.

retorna a relação de atas do CMS

Página atualizada em Dezembro / 2002